

-----**ATA N.º 5/2014**-----

-----Aos 12 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas. -----

-----De seguida, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, em virtude do Senhor Deputado Paulo Jorge Patrocínio, ter solicitado renúncia ao mandato de Deputado Municipal, no dia 10/11/2014, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista da coligação eleitoral PPD/PSD-CDS/PP, Senhor António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----Vera Lúcia Alves Portugal; -----

-----José Albano Pereira Marques; -----

-----João Paulo Monteiro Antunes; -----

-----António Manuel dos Reis Álvaro; -----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra; -----

-----António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida; -----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos; -----

-----António Carlos do Nascimento Marques; -----

-----Manuel Matos Torres; -----

-----Hélder Achando Costa; -----

-----Luís Filipe Pinheiro da Costa; -----

-----António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; ---

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana; -----

-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; ---

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro;-----

-----Isabel Maria Lopes Rodrigues, Secretária da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego, em substituição do Senhor António Manuel Pinto Patrício;-----

-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Aires Manuel Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Marco Paulo de Andrade Rodrigues, Presidente da União de Freguesia de Açores e Velosa;-----

-----Augusto Nave da Silva, Tesoureiro da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais, em substituição da Senhora Teresa Susana Ferreira Tente;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Célia Maria Cerejo Lopes dos Santos, Tesoureira da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, em substituição do Senhor José Rocha Gonçalves.-----

-----**Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena;-----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira.

-----A Senhora **Presidente da Mesa Assembleia** deu as boas vindas ao Senhor Deputado António Faria, bem como, à Senhora Deputada Vera Portugal, desejando um trabalho profícuo no desempenho das suas funções e em prol do concelho de Celorico da Beira. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, o Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral e a Senhora Vereadora Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----Em virtude do segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora Deputada Alexandra Isabel Henriques Sena ter faltado a esta sessão, foi convidada para a Mesa, a Senhora Deputada Maria Silvina Achando da Cruz Santos.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelo Senhor Deputado António Manuel dos Reis Álvaro e pela Senhora Deputada Maria Silvina Achando da Cruz Santos, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----Começou por intervir o Senhor **Deputado António Álvaro** para felicitar o Senhor Deputado José Albano pela sua eleição, para a Federação do PS da Guarda, desejando continuação de bons trabalhos. -----

-----De seguida, pretendeu saber como foi efetuado o processo de constituição da CIM, bem como, qual o papel da Câmara Municipal no mesmo, uma vez que a CIM será preponderante na captação de investimento para o Concelho. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** fez novamente referência ao facto de as reuniões da Assembleia Municipal serem durante o período diurno, uma vez que havia ficado acordado, que seriam realizadas à noite. Estranhou a justificação que foi dada na reunião da Comissão Permanente, uma vez que foi referido que quando há assuntos para aprovar com prazos, essa aprovação não pode ser feita depois da meia-noite, no entanto, e sendo dia 12/12, não entende tal justificação. -----

-----No que concerne à Empresa Municipal, e atendendo ao facto de existirem salários em atraso, pretendeu saber o que está previsto para que a mesma possa sobreviver.-----

-----Chamou também atenção, para a existência de algum asfalto deficiente no concelho, nomeadamente, no parque industrial de Celorico-Gare, bem como, nalguns bairros, solicitando, dentro do possível, a sua reparação. -----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** referindo-se ao projeto “+Comércio+Celorico” e após um ano da sua implementação, pretendeu saber quais os resultados efetivos desse programa. Disse que continuam apoiar o projeto, uma vez que cria dinâmica à Vila de Celorico da Beira, apesar deste ano, o mesmo ter arrancado tardiamente, em relação aos concelhos vizinhos.-----

-----No que concerne ao subsídio de 8.000€ atribuído à Confraria do Borrego Mémé, questionou em que âmbito foi solicitado e quais os critérios para a sua atribuição.-----

-----Deu conhecimento da realização de uma reunião com o Conselho de Administração da ULS da Guarda, assumindo que não tinha feito qualquer questão relativamente aos SAP's de Lageosa do Mondego e Carrapichana, porque lhe foi comunicado, pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego, que no mesmo já não existia qualquer tipo de equipamento. Disse que segundo informação do Dr. Gil Barreiros, o Senhor Presidente da Câmara encetou vários contactos com o objetivo da realização de um protocolo para a unidade móvel de saúde, acrescentando que por parte da ULS havia toda a disponibilidade para avançar com o projeto, seguindo os trâmites normais, no entanto, e para espanto da ULS, a autarquia já tinha elaborado um protocolo de colaboração com os Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira.-----

-----De seguida, prendeu saber qual a colaboração do Município no plano de desenvolvimento estratégico da CIM. Questionou ainda, se existem contratos de execução com as freguesias, uma vez que os mesmos estão previstos na Lei.-----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes. Relativamente às questões colocadas, e em resposta ao Senhor Deputado António Álvaro deu conhecimento de que a CIM se encontra devidamente constituída. No que concerne à Presidência, disse que a mesma é rotativa, ou seja, o primeiro a ocupar o cargo será o Presidente da Câmara da Covilhã, que, em janeiro de 2016, cederá o lugar ao Presidente da Câmara

do Fundão. Para os cargos de vice-presidência também foi aplicado o critério de rotatividade, com os Presidentes das Câmaras de Seia e Sabugal a desempenharem essa função durante o 1.º período e os Presidentes das Câmaras de Gouveia e Celorico da Beira durante o 2.º período. Disse ainda, que o Conselho Intermunicipal decidiu que a sede não seria partilhada, ficando na Guarda durante todo o mandato. Elogiou o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, Dr. Vítor Pereira. No que concerne à captação de investimentos, deu conhecimento de que foi apresentado um plano estratégico de desenvolvimento da CIM. Espera, que o mesmo traga benefícios para o concelho de Celorico da Beira, apesar das dificuldades financeiras dos Municípios.-----

-----De seguida, e em resposta ao Senhor Deputado Joaquim Abreu, começou por dizer que relativamente à justificação apresentada para o horário desta reunião, irá solicitar que a mesma seja clarificada. No que concerne à Empresa Municipal, disse que efetivamente existem vencimentos em atraso. Referiu que a maior dificuldade prende-se com questões burocráticas, ou seja, as transferências de verbas para a EMCEL. Apesar de existir um contrato-programa, há limites que não podem ser ultrapassados. Referindo-se às Empresas Municipais no geral, disse que a Lei 50/2012, de 31/8, trouxe alguns obstáculos difíceis de ultrapassar. Na sua opinião, esta Lei foi criada com o intuito de encerrar empresas. Neste momento, apenas Celorico da Beira, Guarda e Trancoso, têm as empresas municipais em funcionamento, todas as outras já foram encerradas. Deu conhecimento de que a Câmara Municipal da Guarda está a fazer a internalização da Empresa Municipal, acrescentando que Celorico da Beira terá que dar o mesmo passo.-----

-----Relativamente ao asfalto, disse que de facto existem alguns pontos mais urgentes, no entanto e atendendo ao facto de ser Inverno, tal situação não é possível. Disse que a situação mais crítica é a EN 16, sentido Fornos de Algodres, acrescentando que a autarquia não tem condições financeiras

para efetuar essa requalificação. Disse que se o quadro comunitário permitir, fará uma candidatura para essas obras, caso contrário, serão somente realizadas intervenções pontuais de forma a permitir a circulação. Deu conhecimento de algumas estradas que irão ser recuperadas, nomeadamente, Prados – Videmonte, Prados - Cruzamento de Salgueirais e Baraçal – Trancoso, bem como, dos Bairros/Loteamentos que estão sinalizados para candidatura no âmbito da regeneração urbana, ou seja, Celurba, Chãs e Santa Luzia. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** cumprimentou os presentes. -- Referindo-se à Empresa Municipal, disse que a situação financeira do grupo revela grandes dificuldades, refletidas na situação de desequilíbrio financeiro do Município e que o recurso ao PAEL prevê o reequilíbrio das contas do grupo, estando 1.300.000€ previstos para a EMCEL. Com esta aprovação, a dívida da Empresa Municipal ficaria liquidada e esta, poderia iniciar a sua atividade a partir do zero. No entanto, esta situação foi alterada, uma vez que o PAEL e o reequilíbrio, neste momento, não permitem a inclusão da dívida. Face a esta situação, o mais simples seria encerrar a Empresa Municipal, mas o Executivo tudo tem feito para que isso não aconteça. Disse que de acordo com a Lei 50/2012, de 31/8, existem critérios que têm de ser cumpridos. É uma situação que está a ser analisada, tendo sido já solicitados pareceres jurídicos e contabilísticos. Acrescentou, que poderá ser imposta uma internalização da Empresa Municipal, que o Executivo terá de aceitar para que a mesma não seja encerrada. Deu conhecimento de que a internalização consiste na passagem dos funcionários da Empresa Municipal para o Município, durante um ano, sendo que, após esse período os mesmos ficam sujeitos à abertura de concursos. Referiu a existência de um contrato programa que

tem vindo a decrescer ao longo dos anos. Disse que Celorico da Beira continuará a lutar pela manutenção da Empresa Municipal, no entanto, e caso seja necessário, terão que em conjunto tomar uma decisão, tendo em conta os trabalhadores e famílias que dela dependem. Deu também conhecimento de que haviam sido informados, que a viabilidade do PAEL e reequilíbrio, via Tribunal de Contas, impõe que a Empresa Municipal seja retirada do processo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** em resposta ao Senhor Deputado Manuel Torres disse que relativamente aos resultados efetivos do projeto “+Comércio+Celorico”, os comerciantes são as pessoas mais indicadas para fazer esse balanço, no entanto, é necessário que as pessoas façam as suas compras em Celorico da Beira. Faz um balanço positivo do primeiro ano do projeto, acrescentando que decorreu um jantar de confraternização com os comerciantes, os quais elogiaram o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área. -----

-----No que concerne ao subsídio da Confraria do Borrego, esclareceu que o mesmo não foi atribuído pelo Senhor Presidente da Câmara, mas sim, em reunião de Executivo. Disse que foi criada a Confraria, bem como, a Feira do Borrego, que não existiam no concelho. O objetivo deste evento é dinamizar um produto endógeno DOP e a realização de um roteiro gastronómico pelos restaurantes do concelho, onde é divulgado e vendido o produto. O papel da autarquia é impulsionar este evento, uma vez que os benefícios são para os comerciantes e não para o Município. Endereçou os parabéns à Confraria, pela realização deste evento.-----

-----Sobre os SAP's de Lageosa do Mondego e Carrapichana, deu conhecimento de que em reunião com o Dr. Gil Barreiros, a autarquia propôs a reabertura dos mesmos, sendo somente necessário colocar o equipamento e recursos humanos, situação que dependeria do Ministério da Saúde. Não havendo qualquer disponibilidade por parte da ULS nesse

sentido, a autarquia decidiu realizar um protocolo de colaboração com os Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira.-----

-----Relativamente aos contratos de execução com as Juntas de Freguesia, deu conhecimento de que não existem, no entanto, se alguma Junta de Freguesia assim o entender, está disponível para a sua elaboração.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que enquanto autarca ficaria preocupado se acusassem o Executivo de não realizar eventos, no entanto, não é essa a realidade desta autarquia, passando a citar as atividades que têm decorrido, nomeadamente, a Feira de Mel, Feira “Portugal Agro” que decorreu na FIL e Feira Eco-Raia, eventos onde são divulgados os produtos do concelho. Endereçou os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana, bem como, a todas as pessoas que colaboraram na realização da Feira do Borrego. Disse que o subsídio foi atribuído à Confraria, sendo os mesmos, responsáveis pela organização de todo o evento. Fica surpreendido por não ter sido questionado quanto é que esta autarquia pagou à RTP pela divulgação do evento, que permitiu dar a conhecer o concelho e as suas potencialidades. Deu conhecimento de que a autarquia havia pago apenas 1.250€, por 6h de programa, uma vez que foram estabelecidos contactos com as unidades hoteleiras e restaurantes, para alojamento e refeições, em troca de publicidade.-----

-----Deu conhecimento de que o funcionamento da unidade de saúde móvel de cuidados continuados designada “SOS – Saúde e Ação Social Amiga” é assegurada pelos bombeiros voluntários locais, no âmbito de um protocolo celebrado com a autarquia. O projeto visa prestar serviços essenciais ao cidadão com o objetivo de estabelecer níveis aceitáveis de

qualidade de vida, prevenindo situações de risco originadas por falta de informação ou por escassos meios económicos para usufruir de serviços que estão concentrados na Vila de Celorico da Beira. Este serviço permite prestar cuidados de saúde básicos à população idosa do concelho, evitando deslocações ao centro de saúde.-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado António Álvaro** questionou se no caso da EN 16, e sendo esta uma estrada nacional, a EP terá alguma responsabilidade pela sua manutenção.-----

-----Relativamente ao Parque Eólico de Prados, pretendeu saber quais as contrapartidas para o Município com essa infraestrutura.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que a jurisdição da EN 16 é da Câmara Municipal, logo, a autarquia, é responsável pela sua manutenção. Sobre o Parque Eólico, deu conhecimento de que a verba recebida é distribuída da seguinte forma, 33500€ para a Câmara Municipal, 33500€ para a Junta de Freguesia de Prados e 33500€ para a Junta de Freguesia da Rapa. No caso de necessidade de manutenção, existe um contrato para esse efeito.-----

-----O Senhor **Deputado António Faria** começou por dizer que segundo explicação dada, para que o PAEL fosse aprovado, seria necessário retirar do plano, a dívida da Empresa Municipal. Nesta sequência, pretendeu saber quando é que o Executivo obteve essa informação e por parte de quem. Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Tribunal de Contas fez chegar essa informação à autarquia, por escrito, durante o mês de maio.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** cumprimentou os presentes. Referindo-se ao projeto “+Comércio+Celorico”, disse que o mesmo tem uma componente muito mais abrangente do que aquela que foi ventilada pelo

Deputado Manuel Torres. Aquando da sua implementação, há um ano atrás, o Senhor Presidente da Câmara disse que iria realizar um jantar com os comerciantes, tal como aconteceu, cujo objetivo foi efetuar um balanço do projeto, sendo que, a opinião dos comércios aderentes foi positiva. Deu conhecimento de uma reunião com os comerciantes, onde foram debatidas e apresentadas várias sugestões, não só para este ano, bem como para o próximo. Considera que este projeto é uma alavanca para que o comércio local não encerre as suas portas e para a possibilidade de novas empresas se instalarem no concelho de Celorico da Beira. Disse que o “+Comércio+Celorico” esteve presente no Festival do Borrego, acrescentando que o objetivo é o projeto funcionar 12 meses, e não apenas para o Natal. A Câmara Municipal apoia os comerciantes dentro das suas possibilidades, mas existe uma outra vertente que tem de ser da autoria dos próprios. Disse que Celorico da Beira, o ano passado não estava preparado para a quantidade de pessoas que visitou o concelho. Foi criada uma dinâmica de rua fantástica e o facto de os comércios estarem abertos à noite, fará com que as pessoas apareçam. -----
-----Não lhe parece que o Natal em Celorico da Beira tenha arrancado tardiamente, até porque, neste momento há já muito trabalho realizado, uma vez que este ano, o Natal é baseado no voluntariado das pessoas, devido às contenções financeiras impostas. Salientou os descontos proporcionados aos portadores do cartão de desconto “+Comércio+Celorico”, que permite a fidelização do consumidor ao comércio local, acrescentando que é uma obrigação de todos os Celoricenses a adesão ao cartão. Deu conhecimento de que atualmente, os comerciantes podem emitir um cartão provisório por forma a facilitar o processo, evitando assim, que as pessoas tenham que se deslocar às Piscinas Municipais. Deu também conhecimento de que através das compras efetuadas nos comércios locais, os munícipes poderão beneficiar de cupões, que posteriormente serão sorteados e darão direito a prémios.--

-----Finalizou, referindo o sucesso alcançado com a primeira edição realizada do “Natal é em Celorico”, o qual originou que outras autarquias este ano desenvolvessem também atividades semelhantes, tendo como finalidade comemorar o Natal, assim como, ajudar ao desenvolvimento do comércio local.-----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** pretendeu saber quais as sugestões apresentadas pelos comerciantes aquando da reunião realizada no âmbito do projeto “+Comércio+Celorico”.-----

-----Felicitou as iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas, considerando que as mesmas são bem-vindas.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** deu conhecimento de que os comerciantes apresentaram sugestões, tais como, duplicação dos cartões de desconto, medida que já se encontra implementada; permitir o estacionamento ao longo da Rua Sacadura Cabral, no entanto e apesar de todos os esforços encetados pelo Senhor Presidente da Câmara, via GNR, tal não é possível; descentralização das várias atividades e animações de Natal, às artérias secundárias da Vila de Celorico da Beira, o que também vai acontecer. Na sua opinião, a autarquia deveria colaborar na criação de uma associação que tutelasse o comércio em Celorico da Beira e no qual os comerciantes se revejam.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que tanto ele, como os restantes membros, fazem compras no comércio local, apesar de muitos deles não terem o cartão. Considera que toda a gente deve promover o comércio e comprar em Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** mantém o que tem vindo a dizer, ou seja, quer sejam elementos do PS ou do PSD, lá fora existe um universo de população que é necessário cativar para participar neste projeto. O seu

apelo é no sentido de triplicar a aderência ao cartão “+Comércio+Celorico”, dando desta forma um sinal de apoio aos comerciantes. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento de que havia sido solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a inclusão do seguinte ponto na Ordem de Trabalhos:-----

-----**CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A EMCEL.** -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto “Contrato Programa entre o Município de Celorico da Beira e a EMCEL”, na ordem de trabalhos.** -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que apesar de não se opor à inclusão do ponto, considera que, na reunião da Comissão Permanente, realizada no dia de ontem, poderia ter sido dado conhecimento às bancadas. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que o assunto apenas havia chegado a esta Assembleia Municipal para inclusão, no dia de hoje. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que este documento tem de ser presente à sessão do mês de dezembro, no entanto, não lhe foi possível entregar o mesmo atempadamente, pelo que, pediu desculpa. -----

-----Passando a Ordem de Trabalhos a ser seguinte:-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DO DIA 30/9/2014;**-----

-----2. **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA;**-----

-----3. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;**-----

-----4. **APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO, GOP's E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015;**-----

-----5. **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL IRS 2016;**-----

-----6. **RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO – 1.º SEMESTRE 2014;**---

-----7. **COMPROMISSOS PLURIANUAIS;**-----

-----8. **TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2015;**-----

-----9. **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO N.º 1, DO ART.º 6.º, DO REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA;**-----

-----10. **CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A EMCEL.**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DO DIA 30/9/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 4, referente à sessão ordinária do dia 30/09/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura e não havendo alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com 5 abstenções.-----

-----2. **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/9/2014**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado nos prazos estabelecidos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta do Senhor Deputado:-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal.-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/9/2014**-----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena;-----

-----Hélder Achando Costa.-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o documento distribuído continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde a última Assembleia Municipal, pelo que, se colocava à disposição dos Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento.-----

-----4. APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO, GOP's E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2015, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para fazer a apresentação do orçamento, bem como, prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Técnico começou por dizer que o Orçamento agora apresentado tem em conta a situação de desequilíbrio estrutural do Município de Celorico da Beira, pelo que, o mesmo tem por base o Plano de Reequilíbrio Financeiro já aprovado pela Assembleia Municipal e que à data de elaboração do mesmo, ainda aguarda aprovação das entidades fiscalizadoras. O Orçamento do Município para vigorar em 2015, foi elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).-----

-----No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como, a utilização de valores previstos no plano de reequilíbrio financeiro do município. As transferências correntes e de capital foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central. Para 2015, a atual proposta de Orçamento de Estado, prevê um aumento nas transferências estatais comparativamente ao ano anterior, em cerca de 294 mil euros, situação que beneficia o Município, permitindo aumentar as receitas previstas.-----

-----Disse que em 2015 dever-se-á também realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo de 2014, que constituirá uma eventual receita adicional que está prevista no plano de reequilíbrio, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2014. Esta transição do saldo de 2014 para 2015, permitirá reforçar algumas rubricas de despesa caso seja necessário, ou a antecipação de alguns projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos. Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as participações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas, apesar de haver alguma indefinição em relação ao próximo quadro comunitário. -----

-----Relativamente às despesas correntes, as que são relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2015 (tendo por base as despesas de setembro de 2013 a setembro de 2014). À semelhança do ano anterior, 2015 será marcado por uma grande contenção nestas despesas, pelo que deverão continuar a existir medidas de contenção de custos e despesas. -----

-----As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer, bem como, com as obras a que o Executivo se propõe a realizar entre 2015 e 2017, podendo estas rubricas ser verificadas no Plano Plurianual de Investimentos.-----

-----As despesas de capital incluem o montante de 64.000€ nos ativos financeiros, relativo à contribuição prevista do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o disposto no n.º 1, do art.º 17.º, da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.-----

-----Os valores da despesa tiveram como limite os montantes da receita efetiva esperada para 2015, bem como, os limites que constam no plano de reequilíbrio financeiro do Município. -----

-----Tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança dos anos anteriores, para 2015 estão previstas ações de carácter social, que

visarão o acompanhamento da situação de munícipes em situação económica precária.-----

-----Assim, tendo em conta o reequilíbrio financeiro do Município, o orçamento para 2015 tem em conta essencialmente a despesa efetiva, que se prevê realizar nesse ano, de acordo com as receitas disponíveis, o que faz com que o orçamento tenha um valor de cerca de 8.746.353,00€, em contraste com os 8.778.340,00€ de 2014. Esta redução face ao orçamento do ano anterior é sinal da crescente adaptação à realidade dos orçamentos do Município, que visam a contenção orçamental mas que ao mesmo tempo visam dar resposta às necessidades dos munícipes, apesar das dificuldades financeiras. Disse ainda, que no ano de 2015 deverá continuar o ajustamento dos procedimentos à Lei dos Compromissos, nomeadamente, no que diz respeito à realização de despesa, estando prevista a aprovação de uma nova norma de controlo interno, bem como, de manuais de procedimentos para as diversas secções do Município. As despesas a realizar deverão estar sempre dependentes da emissão de um compromisso prévio e do montante de fundos disponíveis. Os compromissos plurianuais deverão ser sempre comunicados à Assembleia Municipal, que tem um papel fiscalizador na aplicação do Plano de Reequilíbrio Financeiro após a aprovação do mesmo pelas entidades competentes.-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro**, Bruno Almeida, referindo-se ao Orçamento, onde consta a ampliação do Cemitério de Celorico-Gare, pretendeu saber qual o ponto de situação relativamente a este assunto, uma vez que tem conhecimento de que o proprietário tem levantado alguns problemas. Na sua opinião, deveria ser repensada uma outra alternativa, caso o proprietário não aceda ao acordado. Deu conhecimento de que a Junta de Freguesia do Fornotelheiro está a trabalhar numa outra alternativa, que será apresentada ao Senhor Presidente da Câmara e à população de Celorico-Gare. -----

-----Referiu também a necessidade de serem efetuadas obras de melhoramentos, nomeadamente, no Largo da Estação; na estrada de Casas do Rio, que está praticamente intransitável e o asfaltamento da estrada que liga Quintas de Salgueiro ao limite de Trancoso. Sugeriu que no próximo quadro comunitário, a Câmara Municipal, conjuntamente com a Junta de Freguesia, elaborem uma candidatura para essa estrada.-----

-----Disse ainda, que irá votar favoravelmente o Orçamento apresentado, na expectativa de que as obras previstas para a Freguesia do Fornotelheiro sejam executadas. Questionou, se o valor inscrito para a ampliação do Cemitério de Celorico-Gare (10.000€), é suficiente para fazer face a esta obra. - -----

-----Relativamente ao Cemitério de Celorico-Gare, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que o Executivo tem encetado esforços no sentido de solucionar esta situação. No que concerne ao valor, disse que o mesmo não é suficiente, no entanto, irá ser feita uma alteração orçamental para esse efeito. -----

-----Sobre o Largo da Estação, disse que o espaço pertence à Refer e que neste momento para fazer obra é necessária autorização desta entidade. Deu conhecimento de que a estrada de Casas do Rio vai entrar em obras, acrescentando, que o Caminho do Cardal, ou seja, a estrada que liga Quintas de Salgueiro ao limite de Trancoso, irá ser efetuado através de uma candidatura.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** corrobora da preocupação manifestada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro, no que concerne à necessidade de asfaltamento da estrada que liga Quintas de Salgueiro ao limite de Trancoso.-----

-----O Senhor **Deputado António Álvaro** disse que no Orçamento está definido um financiamento de 50.000€, para o Parque Industrial da A25,

pretendendo saber a que se refere este valor. Ainda sobre o Parque Industrial da A25, pretendeu saber qual o ponto de situação e quais as medidas desenvolvidas para a captação de investidores. Considera que este é um assunto de extrema importância, pelo que, tem de ser devidamente dinamizado, há que ser proactivo e não ficar à espera que sejam os investidores a procurar o concelho. Em termos globais, pretendeu saber quais as apostas políticas e os projetos definidos, para usufruírem dos financiamentos no que diz respeito aos quadros comunitários. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a verba de 50.000€, inscrita na rubrica do Parque Industrial A25, tem como finalidade a construção do reservatório de abastecimento de água, uma vez que não foi contemplada na candidatura inicial, por haver um compromisso entre a Câmara Municipal e as AdZC, do qual decorria a execução do reservatório e ETAR, por aquela entidade. -----

-----Relativamente aos investidores, deu conhecimento de que há já algumas empresas interessadas em sediar a sua empresa no concelho de Celorico da Beira, criando desta forma, postos de trabalho. -----

-----As linhas orientadoras consistem em investimento inteligente, nomeadamente, a construção dos Centros Escolares, nas escolas de Santa Lúzia e Lageosa do Mondego; a requalificação da Escola Sacadura Cabral; na área social, disse que toda a rede está praticamente concluída, à exceção do Lar de Açôres, que está na fase final. Deu conhecimento de que está em fase de estudo um projeto para instalação de um Lar na Freguesia de Carrapichana, bem como, irá ser aberto novo procedimento para um Lar em Linhares da Beira. -----

-----O Senhor **Deputado João Paulo Antunes** começou por felicitar o Dr. José Tavares, pela sua capacidade de síntese, aquando da apresentação do Orçamento para 2015. Disse que o documento apresentado é realista, fruto das imposições legais, à semelhança do ano passado. -----

-----Pela análise efetuada, verifica que 81% deste orçamento é para despesas correntes e apenas 19% para investimento. Apesar de esta autarquia ter cumprido com a redução relativamente ao número de funcionários, verifica-se que 56% vai diretamente para ordenados. Disse que dos 8.746.353€, valor total do Orçamento, está previsto aplicar 7.039.702€ em despesas correntes e 1.706.651€ em despesas de capital, isto tudo, num cenário onde os munícipes pagam o máximo em todas as taxas, acrescentando, que esta imposição, segundo informação do executivo, deve-se ao reequilíbrio financeiro. Solicitou, se possível, a diminuição das taxas de IMI e IRS. -----

-----De seguida, e referindo-se a despesas de investimento, verifica que a despesa maior está prevista para os Centros Escolares, seguida de pequenas obras. Em seguimento do que havia sido questionado pelo Senhor Deputado António Álvaro, pretendeu saber quais as linhas orientadoras para o futuro. -----

-----Sobre o Parque Industrial A25, além de considerar que o mesmo está mal localizado, não se verifica qualquer dinamismo empresarial. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que pelo facto de a autarquia ter recorrido ao PAEL e reequilíbrio financeiro, tem como imposição a aplicação das taxas máximas, por forma a criar receita e equilibrar as contas, bem como, cumprir com a lei dos compromissos e das finanças locais. A autarquia tem de ter receita própria e os projetos têm de ser co-financiados.-----

-----Disse que para 2015, a atual proposta de Orçamento de Estado, prevê um aumento nas transferências estatais, em comparação ao ano anterior em cerca de 294.000€, situação essa que irá beneficiar o Município, permitindo aumentar as receitas previstas. As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com as obras e projetos a decorrer, bem como, com obras a que o Executivo se propõe realizar entre 2015/2017, sendo que, a grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas

forem co-financiadas por fundos comunitários. Disse também, que as despesas de capital incluem o montante de 64.600€, nos ativos financeiros, relativo à contribuição prevista do Município para o FAM.-----

-----Relativamente ao Parque Industrial A25, não considera que esteja mal localizado, até porque, executivos anteriores tiveram em consideração o mesmo local, uma vez que instalaram a plataforma logística do lado oposto. Acrescentou, que é necessário fazer investimento.-----

-----O Senhor **Deputado António Faria** referindo-se à rubrica de 58.000€, cuja designação é Associações Desportivas, pretendeu saber a que destina, se para o estádio ou para o relvado. A ser para o relvado, sugeriu que antes da sua aplicação, seja colocado um sistema de drenagem, ou então, a aplicação de um piso sintético, à semelhança do que é feito noutros concelhos.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a obra terá de ser realizada pelo Sporting Clube Celoricense, uma vez que é proprietário da infraestrutura, pese embora, seja a autarquia que realiza todos os arranjos necessários e pague os consumos com água, eletricidade e gás. Deu conhecimento de que havia sido deliberado em reunião de executivo, a atribuição de um subsídio ao Sporting Clube Celoricense, cuja finalidade é para colocação de um relvado novo. Disse que já havia sido efetuada uma candidatura para relvado sintético, bem como, um projeto para o primeiro relvado no concelho, ambos chumbados. Deu conhecimento de que um relvado sintético custa cerca de 200 mil euros, já o natural ficaria em cerca de 30 mil euros. No entanto, irão tentar novamente, através de uma candidatura a colocação do relvado, que se for aceite poderá ter como opção, o sintético.-----

-----O Senhor **Deputado António Faria** deixou uma palavra de agradecimento ao Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, pela forma como tem apoiado os Veteranos. -----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** disse que analisando as GOP's verifica que para o tópico da Cultura estão previstos novos investimentos, nomeadamente, Casa do Museu Arqueológico, Museu Sacadura Cabral, Museu do Azeite, Museu Micológico, entre outros, através de candidaturas a fundos comunitários. Discorda, e, apresenta como sugestão, que o financiamento fosse feito no conceito expositivo do Solar do Queijo e Museu do Agricultor, estruturas que se encontram obsoletas. Disse que o conceito deveria ser, dinamizar o produto e não vender. Considera que o Executivo deveria apostar na divulgação e promoção dos "produtos" que são mais procurados pelos turistas. É uma opção estratégica que na sua opinião, traria mais benefícios, ao invés de investir em novos espaços. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** explicou que estas rubricas se encontram em aberto, caso exista possibilidade de efetuar uma candidatura, não perdem o investimento e é mais uma infraestrutura para o concelho. ----

-----**Submetidos a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 votos contra, 5 abstenções e 17 votos a favor, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2015.** -----

-----**5. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL IRS 2016**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, informando de que na reunião ordinária realizada a 3/12/2014, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a fixação em 5%, nos termos da

Lei n.º 73/2013, de 3/9, da percentagem a obter pelo Município de IRS para 2015. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que mais uma vez está a votação a aplicação de uma taxa máxima, devido a uma imposição legal. No entanto, é necessário aferir se esta imposição, não é uma desculpa para o que se passou nas autarquias, no passado. No entanto, é essencial esclarecer que se assim não fosse, parte deste imposto poderia ser entregue aos munícipes. A sua intenção de voto será a abstenção.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra e 10 abstenções, aprovar a participação variável de IRS para o ano económico de 2015, conforme proposto pela Câmara Municipal.** ---

-----**6. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO – 1.º SEMESTRE 2014** -----

-----Foi presente para conhecimento Relatório do Auditor Externo sobre a informação financeira do 1.º Semestre de 2014, acompanhado das demonstrações financeiras, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**7. COMPROMISSOS PLURIANUAIS** -----

-----Foi presente para conhecimento compromissos plurianuais que foram assumidos em 2014 pelo Município e que se encontram atualmente em vigor, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**8. TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2015**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, para apreciação e aprovação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que à semelhança dos anos anteriores e dada a conjuntura económica atual, tendo em conta que o comércio local passa por uma grande recessão, é propósito contribuir para alguma melhoria da situação económica dos comerciantes, pelo que, relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, propõe que se aplique apenas o art.º 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira em vigor, ficando sem efeito para o ano de 2015, a aplicação do art.º 106.º, do mesmo Capítulo, com exceção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém. -

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** disse que é de louvar a atitude do executivo, pela preocupação que demonstra em ajudar o comércio local, acrescentando, que irá votar favoravelmente. -----

-----**Relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções, aprovar que se aplique apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do regulamento e tabela de taxas do município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano de 2015, a aplicação do artigo 106.º, do mesmo capítulo, com exceção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém.**-----

-----**9. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO N.º 1, DO ART.º 6.º, DO REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente Regulamento para Concessão de Bolsas de Estudo da Câmara Municipal de Celorico da Beira, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, para apreciação e aprovação do n.º 1, do artigo 6.º.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que as dificuldades socioeconómicas que caracterizam hoje a sociedade portuguesa constituem para muitos um forte impedimento ao seu acesso e frequência do ensino superior. Face a esta realidade, o Município assume um papel cada vez mais relevante no apoio social às populações, nomeadamente, a grupos sociais desfavorecidos, sendo certo que é necessário investir em políticas que visem a promoção das competências académicas e profissionais dos cidadãos, como forma de assegurar o desenvolvimento do Concelho, o que passa necessariamente pelo apoio aos jovens no ensino superior, combatendo o abandono escolar.-----

-----Referiu também, que atenta a este facto, a Câmara Municipal com o intuito de contribuir para, na medida das suas possibilidades, minorar tal situação atribui bolsas de estudo a alunos do ensino superior. Deu também conhecimento de que é um atribuído um apoio às deslocações dos alunos que frequentem estabelecimentos de ensino superior, no total de uma viagem (ida e volta), por mês. Disse que esta alteração ao Regulamento é importante, uma vez que irá permitir uma maior inclusão do número de bolsas. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Flor** referindo-se às bolsas de estudo e apoio às deslocações dos alunos que frequentam estabelecimentos do ensino superior, disse que estas iniciativas são de louvar. Pretendeu saber quais os critérios para a sua atribuição, bem como o respetivo valor. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** congratula-se com este tipo de iniciativa, no entanto, gostaria de ter conhecimento dos alunos contemplados. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que as bolsas de estudo são atribuídas de acordo com os critérios definidos pela Lei, acrescentando que o seu valor mensal é cerca de 70€. Deu conhecimento que o Executivo pretende introduzir uma nova medida, que passa pela possibilidade de no fim do curso, estes alunos, dentro das suas áreas, apresentarem projetos à autarquia. -----

-----**Nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao n.º 1, do art.º 6.º, do Regulamento para Concessão de Bolsas de Estudo da Câmara Municipal de Celorico da Beira.** -----

-----**10. CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A EMCEL** -----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente Contrato Programa a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Empresa Municipal Celoricense, documento cuja cópia se anexa a esta, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que o subsídio à exploração tem vindo a diminuir, desde 2005, na altura o valor era 800 mil euros, situação que neste momento não se verifica. -----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** disse que a sua bancada corrobora do esforço que o executivo tem feito para manter a Empresa Municipal em funcionamento. Referindo-se às Piscinas Municipais, disse que na última reunião da Assembleia Municipal, tinha referido que a sua reabertura estava dependente da aquisição de um desumidificador. Nesta sequência, pretendeu saber se esta situação já foi sanada. -----

-----Relativamente às Piscinas Municipais, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que neste momento a autarquia recebe 7€/h, desde 1990, sendo que, o máximo que lhes foi proposto pelo Ministério da Educação foi 9€/h, apresentando a autarquia uma contraproposta de 20€/h, acrescentando, que o valor proposto não paga as despesas gastas pelo uso deste espaço. No entanto, tudo será feito para reabrir o mesmo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que já foram realizados vários ensaios ao nível das Piscinas Municipais, estando as mesmas operacionais. Efetivamente é necessário adquirir um desumidificador, que terá um custo de cerca de 30 mil euros, pelo que, aguardam disponibilidade financeira. -----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** pretendeu saber se as obrigações da EMCEL, elencadas no contrato programa, são para justificar as verbas atribuídas. Referindo-se ao n.º 13, da cláusula 6.^a, que se refere ao Centro Cultural e à utilização dos recursos audiovisuais que possui,

disse não entender a mesma, uma vez que, segundo o Senhor Vereador José Luís Cabral não há cinema em Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que há sessões esporádicas, daí constar esta alínea do contrato programa. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** pretendeu saber se a Empresa Municipal, face à sua atual situação, terá condições financeiras para efetuar este investimento, nas piscinas municipais. Em resposta, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que terá de ser através da realização de um Protocolo, entre a Câmara Municipal e a Empresa Municipal, que em termos legais, permita esta situação. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 abstenções, aprovar a celebração do Contrato Programa entre o Município de Celorico da Beira e a Empresa Municipal Celoricense.**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** desejou a todos os presentes votos de Boas Festas e um próspero Ano de 2014. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** desejou também a todos os presentes votos de Boas Festas. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** desejou a todos os presentes, em nome da sua bancada, votos de um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, era 13:35h, da qual se lavrou a presente ata que vais ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

